Portugueses no alto comércio santista no início da República Velha

Maria Apparecida Franco Pereira
Unisantos

A historiografia brasileira, nestas últimas décadas, vem sendo enriquecida com estudos sobre a e/imigração portuguesa, principalmente graças a grupos de pesquisas que envolvem os historiadores de ambas as pátrias em projetos comuns. Vários são os enfoques e várias as descobertas sobre os deslocamentos de lusos para a nossa terra, que se dão desde o início da colonização.

No estudo das emigrações dos séculos 19 e 20 uma questão que se coloca é a de identificação da nacionalidade portuguesa dos comerciantes na documentação brasileira. Os nomes se confundem com os nacionais. As fontes para o comércio são relativamente abundantes. Referem-se aos Anuários e Indicadores comerciais, nos anos vizinhos à passagem do século 19 para o 20. Os requerimentos de pedido de licença do final do século 19, dirigidos à Câmara Municipal de Santos para o exercício do comércio, não trazem a nacionalidade de seus solicitantes.

O acervo da Junta Comercial de São Paulo (fundada em 1890) está organizado por entrada de processo de registro de firma (sem a nacionalidade dos integrantes) e a sua busca, leitura e identificação exigiriam a organização de toda uma equipe.[1]

1 Trabalhei meses nesse arquivo para localizar os processos de comissárias de café. Ver minha dissertação de mestrado defendida em 1980, na Universidade de São Paulo: *Os comissários de café no porto de Santos*: 1870-1920).

A participação dos lusitanos na vida econômica de certas cidades e regiões do país é algo muito evidente.[2] Mas, para que a emigração portuguesa possa ser estudada em maior profundidade em nosso país, são necessárias pesquisas e estudos oriundos de Portugal.

Não temos ainda acesso a levantamentos completos ou estudos suficientes sobre esses emigrantes na sua terra de origem. De muitas regiões estão sendo feitas pesquisas em Livros de Registros de Passaporte e em processos individuais para a aquisição dos passaportes, bem como na documentação dos que intervêm nesses processos etc. É o caso, por exemplo, dos pesquisadores do Cepese (Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade) da Universidade do Porto, em distritos do norte de Portugal.

Busca-se, assim, a elucidação da ficha nominal de cada imigrante, suas idades, qual a aldeia de origem, como vieram, de que habilitações eram portadores, o nível de escolaridade, quais fatores individuais e gerais intervieram e como se deu a atuação de outros interventores no processo – os abonadores, engajadores ou proprietários de barcos, nas suas regiões de origem ou nos locais de partida. Todas essas informações são fundamentais.[3]

Enquanto esses estudos não se dão ou não circulam, podemos identificar os lusos esporadicamente. Se não forem pessoas de destaque na sociedade, a via mais fácil de identificação é a busca de dados pontuais, nos autos do Fórum criminal, quando essas pessoas estão envolvidas em delitos (processos de termos de bem viver, por exemplo) ou nas memórias pela reconstrução de histórias de vida. Veja-se, por exemplo, um resumo das informações contidas num processo para averiguar a origem de um incêndio ocorrido em 17 de março de 1888 no Armazém Aliança Commercial Luzitana, de secos e molhados, à rua da Constituição 87, esquina de Gal. Câmara. O negócio pertence ao português Manoel José Fernandes, 28 anos, casado, negociante, que sabe ler e escrever.[4]

---

2 Ver a dissertação de mestrado de FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. *Emigração portuguesa e sua influência no Brasil*: o caso de Santos, 1850-1950. São Paulo: USP, 1990.

3 Cf. RODRIGUES, Henrique. *Emigração e alfabetização*: o Alto-Minho e a miragem do Brasil. Viana de Castelo: Governo de Viana de Castelo, 1995.

4 Sua companheira é Amélia Francisca de Moraes, 18 anos, analfabeta, brasileira, natural de Campinas; há outros envolvidos como irmãs, cunhado e pensionista, com detalhes de identificação. Cf. ROSENBERG, André. *Ordem e burla*: processos sociais, escravidão e justiça em Santos. São Paulo: Alameda, 2006. p. 102-3.

Quando focalizamos os grandes negociantes portugueses, a identificação torna-se menos dificultosa, pois são pessoas de algum destaque na sociedade pela sua vida econômica e pela sua ação filantrópica. Têm, modo geral, seus nomes inscritos nos arquivos das associações de imigrantes. Geralmente fazem parte da diretoria das associações lusitanas, até mesmo contribuindo para o seu patrimônio.

Pretendemos, no presente estudo, levantar o nome de alguns portugueses que atuaram no alto comércio na cidade de Santos, nos anos vizinhos à passagem do século 19 para o 20. Este estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla, que abarca o período da Primeira República brasileira (1889-1930), época da vigência da economia agro-exportadora do café. Após a identificação, pretende-se caracterizar cada negociante e buscar algumas coordenadas comuns a esses portugueses.

Esta pesquisa contou basicamente com fontes do gênero almanaque ou anuário comercial, de um modelo mais sofisticado da história das firmas comerciais: a mais fundamental foi *São Paulo Moderno* (1919). Essa obra foi elaborada com a contribuição financeira das empresas destacadas, portanto, os dados ressaltam a perspectiva dos seus proprietários, não são fruto de pesquisas acadêmicas. Podem portar discursos panegíricos, mas reúnem informações importantes e contêm ilustrações preciosas para a historiografia.

O outro documento é mais conhecido dos que estudam a emigração lusa: o *Álbum da colônia portuguesa no Brasil* (1929).[5] Organizado por Teófilo Carinhas, ilustrado, foi composto por um grupo de jornalistas, mas com a colaboração de "ilustres portugueses" (Carlos Malheiros, dr. Ricardo Severo, dr. Paulo Menano etc.) e brasileiros (entre eles Teodoro Sampaio, Alfredo Taunay, Laudelino Freire, Coelho Neto, Batista Pereira, Rocha Pombo e Pedro Calmon). É uma obra de cunho patriótico, laudatório, sobre a comunidade portuguesa no Brasil, incluindo informações sobre a economia e as instituições de assistência aos lusitanos.

Importante, nesta pesquisa, também a obra *A Beneficência* (Santos, 1951), de Jaime Franco, na elucidação dos nomes portugueses mais abastados, pois ao fazer a memória histórica da Sociedade Portuguesa de Beneficência (1859), vai

5 Cf. CARINHAS, Teófilo. *Álbum da colônia portuguesa no Brasil*. Santos: [s.n.], 1929. p. 379-420.

revelando principalmente os feitos das diretorias em cada gestão. É uma história das lutas dos portugueses nessa instituição que, através de seu hospital, atendiam os compatriotas necessitados. Pode-se perceber, pelos grandes donativos elencados ou pelos nomes que ocuparam a presidência de sua diretoria, quais são as grandes fortunas ou os grandes comerciantes lusitanos. Os fatos são contextualizados na cidade e chegam até o ano de 1937. Fazendo par em importância documental está a obra *Santos noutros tempos*, do destacado historiador J. Costa e Silva Sobrinho, na identificação de alguns portugueses.[6]

A presença dos imigrantes portugueses era dominante, o que se pode observar por aspectos mais cotidianos, além dos estatísticos, que comprovam a afirmação de Santos ser uma cidade portuguesa, na época referida neste estudo.

No largo Senador Vergueiro, em 1881, num quiosque vendiam-se jornais. Costa e Silva Sobrinho[7] diz que João Ferreira de Matos foi "um dos primeiros a vender *O século*, diário português, e a revista *Ilustração Portuguesa*". Os quiosques só podiam funcionar se tivessem a licença da Prefeitura. Em 1899, João Ferreira de Matos mudou seu ramo de negócio, abrindo um botequim no mesmo largo e, depois, na rua Vinte e Quatro de Maio (hoje Tuiuti). Com economias foi comprando terrenos e casas hipotecadas. Quando faleceu no início do século 20 era relacionado com pessoas de destaque na vida comercial santista.

Santos, na passagem do século 19 para o 20, foi marcada por inúmeras transformações advindas do panorama internacional – do desenvolvimento do capitalismo e da modernização técnica – conjugadas com o desenvolvimento da economia agro-exportadora do café, que lhe trouxe a riqueza e impulsionou a superação dos entraves de uma estrutura de origem colonial.

Santos era cidade essencialmente comercial. Muitos rapazes promissores iniciavam sua vida profissional nessa atividade, onde permaneciam por toda a vida; alguns iam se dedicar a outros foros, mais tarde.

Seus limites eram muito acanhados, junto ao porto, ainda muito rudimentar na década de 1870. Entretanto o comércio de café agigantava-se e as ruas da cidade começavam a ficar congestionadas especialmente após a inau-

6 SILVA SOBRINHO, J. Costa e. *Santos noutros tempos*. Santos: Revista dos Tribunais, 1953.

7 Curiosidades de Santos de outrora. *A Tribuna*, Santos, 17 dez. 1967.

guração da estrada de ferro São Paulo Railway, em 1867, que escoava o produto das fazendas do interior paulista para os armazéns das comissárias ou para as pontes e trapiches.

Outro obstáculo ao progresso da cidade eram as epidemias de febre amarela, peste bubônica e varíola (que também minavam outras grandes cidades). Poças, valetas abertas e cocheiras traziam problemas de asseio. A falta de higiene na rua era flagrante, pois além das inundações e do clima quente (evaporações intoxicantes) havia falta de água e de latrinas, as sarjetas viviam cheias de detritos e os ratos multiplicavam-se de forma assustadora. Durante muito tempo Santos teve a fama de cidade pestilenta e mortífera.

A cidade também era palco de grandes agitações políticas, relacionadas às questões republicanas e abolicionistas. A população urbana cresceu não só pelo grande número dos imigrantes (portugueses, espanhóis e italianos), mas também pelo de escravos negros fugidos das fazendas, abrigados principalmente no Quilombo do Jabaquara.

O alto comércio resumia-se nas categorias dos abastados comerciantes: comissários de café, exportadores, importadores, atacadistas, varejistas e representantes dos bancos estrangeiros, estabelecidos principalmente nas ruas Direita, Santo Antônio e Vinte e Quatro de Março.

Como a cidade tinha grande número de imigrantes, dentro do canal da pobreza, as associações de atendimento social eram numerosas (de imigrantes principalmente).

O forte movimento comercial acompanhava as grandes transformações urbanísticas, motivadas também pelos movimentos sanitaristas e portuários, propiciando muitas oportunidades de trabalho: estivador, carroceiro, cocheiro, ensacador, trabalhador em armazém de café, canteiros e os que se dedicavam aos serviços para a manutenção da vida da população que chegava em grande número à cidade, escravos acoitados (terra vanguardeira e abolicionista) ou imigrantes. Entre os trabalhadores chamados de "arraia miúda" encontram-se também marinheiros e práticos; barbeiros, alfaiates e sapateiros; cozinheiros, empregados de padaria, quitandeiros e vendedores de leite; caixeiros e, principalmente, carroceiros e carregadores – de sacos, de pedras etc. Os trabalhadores mais qualificados eram da construção civil. Eram jornaleiros (recebiam por jornada), prestadores de serviço esporádico, gente sem profissão regulamentada, que vivia de "bicos".

A partir de 1888 iniciaram-se os empreendimentos para a construção de um novo cais de pedra, já que as pontes não eram mais suficientes para atender os grandes navios que chegavam. A construção, além de permitir o atracamento dos navios, colaborou com o saneamento da cidade, ao impedir as freqüentes inundações. Em fevereiro de 1892 inaugurava-se o primeiro trecho do cais. Mas nesse mesmo ano a cidade sofreu uma grande mortandade, com a epidemia de febre amarela e de varíola (mais de 2.500 mortes).

Tomaram-se outras medidas para sanear a cidade. Foram contratados médicos e engenheiros, grande parte deles vindos do Rio de Janeiro. Ampliaram-se os serviços de esgoto, e fez-se a canalização dos inúmeros ribeiros que atravessavam a cidade.

A Comissão Sanitária aumentava sua ação no serviço de desinfecção dos navios que fundeavam no porto e das residências infectadas pela febre amarela e varíola. Empreendeu demolições de cortiços no atual centro velho, palco das grandes atividades comerciais – ruas Marquês de Herval, São Bento, Gal. Câmara, Amador Bueno, Rosário, Martim Afonso e Xavier da Silveira –, como também no Morro do Fontana, atrás da Santa Casa e no Quilombo do Jabaquara. Expurgavam-se as zonas de cortiço e cocheiras, demolindo, removendo a população pobre do centro urbano, já que a elite econômica, com a construção do porto iniciara a sua caminhada em direção à Barra (atual praia). O perímetro urbano alargava-se: os limites primeiro atingiam a rua Otaviana, o aristocrático bairro da Vila Nova. Ao mesmo tempo surgia o bairro de Vila Mathias e a cidade crescia ao longo da avenida Ana Costa, que terminava no Ponto do Gonzaga, na barra, local de convescotes dominicais. A Vila Macuco se urbanizava paralelamente à construção do porto (que em 1903 alcançou essa região, nos outeirinhos), tornando-se o bairro dos operários.

Promovia-se a melhoria do sistema de esgotos e águas e abriam-se ruas calcetadas de paralelepípedos. As duas grandes avenidas, Conselheiro Nébias e Ana Costa, foram macadamizadas. Em 1899 já se notava um enfraquecimento das epidemias graças aos esforços das autoridades sanitárias, com o reforço de medidas de vigilância sanitária.

Muitos comissários e corretores de café não moravam na cidade e sim em São Paulo. Vinham esses comerciantes diariamente a Santos, pela manhã, e retornavam à tarde. Os que aqui viviam, em épocas de epidemias transpor-

tavam-se para São Paulo. Quando a mortandade era muito grande, arregimentavam-se trabalhadores braçais do interior de São Paulo.

As longas distâncias eram cobertas muitas vezes a cavalo. Aos poucos foram surgindo os bondes, primeiro puxados a burro, depois substituídos – ao iniciar o novo século 20 – pela tração elétrica. Em 1911 vieram a luz elétrica e os cabos telefônicos subterrâneos.

O saneamento iniciou as obras dos canais de drenagem, tão característicos de Santos, em 1903. O canal 1 seria inaugurado em 1907.

Diante desse quadro paradoxal – modernização, oportunidades de trabalho, mas também perigo de morte – coloca-se a questão: o desejo de enriquecer, de melhorar de vida cegava os imigrantes para a questão das epidemias? É, portanto, o momento de nos acercarmos do objetivo inicial deste texto: analisar alguns levantamentos de negociantes lusos na cidade de Santos.

Havia três grandes instituições (no período que estudamos) ligadas ao comércio.

A Associação Comercial de Santos (fundada em 1870) nos primeiros tempos abrigava o alto comércio, as firmas relacionadas principalmente ao café: comissários de café e importadores – setores em que se nota a presença de lusitanos –, exportadores e instituições bancárias. O alto comércio exportador era formado por firmas alemãs, inglesas, francesas e americanas. Havia poucas nacionais: Prado Chaves; Franco de Lacerda; Freitas & Lima Nogueira.

A Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio, fundada em 1879, envolvia caixeiros, comerciários e comerciantes de menor monta em atividades assistenciais.

Em outubro de 1902 instala-se o Centro Comercial e Industrial, com o fim de concorrer para o desenvolvimento e defesa dos interesses dos comerciantes e industriais da praça de Santos. Tem pouca duração, pois encerra suas atividades em 1904.[8]

Elencam-se, a seguir, portugueses de destaque no mundo econômico localizados na pesquisa:

- José Carneiro de Sousa Bastos,[9] nascido em 1825 em Cabeceiras de Bastos, perto da cidade de Braga, Província do Minho (filho de Manuel

8 PEREIRA, Maria Apparecida Franco, 1980, p. 65.

9 Cf. Costa e Silva Sobrinho em *A Tribuna*, 25 dez. 1966.

José Carneiro e de Joaquina Rosa de Sousa). Veio para o Brasil com a idade de 15 anos (1840), para a província de São Paulo. Conseguiu "juntar pecúlio que transforma pouco a pouco em bens de raiz". Possuía em Santos, no largo do Chafariz (atual praça Mauá) juntamente com um sócio o Hotel Paulista, de certo porte, onde se hospedavam principalmente "os patrícios chegados do Reino". Faleceu em 1875, quando residia em uma chácara no Boqueirão da Barra.

- José Azurém Costa era abastado negociante português que fez parte da primeira diretoria da Associação Comercial de Santos, em 1870. Existe firma comissária de café, em 1892, denominada Azurém Costa & C (Artur e Azurém Costa Jr.).
- Antonio Pereira Carvalho (1860-1916).[10] Nasceu em Portugal em Vila Nova de Cerveira, aos 14 de março de 1860. Com 15 anos (em 1875) embarcou para Santos, onde se empregou na São Paulo Railway. Ao conseguir reunir algumas economias, vai trabalhar por conta própria. Adquire uma carroça puxada a animal, e explora uma pedreira que aluga. Como canteiro,[11] efetua contrato com a companhia férrea para o fornecimento de pedras. Em breve passa também a atender a Cia. Doca, na construção do cais e para todas as construções civis. À medida que o fornecimento de pedras crescia, precisou expandir o número de carroças para o transporte. Comprou o acervo da antiga Companhia Santista de Transporte, composto de carroças para a condução do café. E tornou-se o "Rei dos carroceiros", importante numa localidade como Santos, também conhecida como "cidade das carroças".

Os carroceiros, no dizer de André Rosenberg (p.259), eram "um dos personagens mais visíveis da paisagem urbana santista".

Em 1890 (portanto com 30 anos apenas), já com elevada fortuna, Carvalho tornou-se um dos mais fortes capitalistas do estado de São Paulo. Ini-

---

10 Entre os grandes negociantes portugueses que fizeram fortuna em Santos, esta pesquisa encontrou maiores informações sobre Antonio Pereira Carvalho. Cf. *A colônia portugueza no Brasil*, p.247-51, e *São Paulo Moderno*.

11 "Cantaria": pedra rija para edifícios principalmente para cantos ou ângulos; "canteiro": mecânico que lavra pedra de cantaria. Cf. MORAES, Dicionário de Língua Portuguesa, 1877. p. 326, v. 1.

ciava a atividade de construtor por conta própria. Grande proprietário, adquiriu todas as propriedades da rua Visconde de São Leopoldo, no centro comercial, e do Chico de Paula (entrada da cidade).

Contribuiu, como outros capitalistas, para a urbanização de Santos, com construções de beleza arquitetônica, "que mereciam prêmio", mas também com o calçamento de ruas (a preços módicos). Nas épocas de crise do café, quando diminuía o trânsito de carroças, colocava seus operários condutores a trabalhar para a Câmara no calçamento das ruas.

Como era comum na época entre as pessoas de destaque, Carvalho fez vários donativos em dinheiro e roupas a sociedades filantrópicas como a Santa Casa de Misericórdia e o Asilo dos Órfãos, importante instituição de abrigo e formação de crianças, organizada por ocasião de uma grande epidemia em 1889.

Entidades portuguesas de Santos tiveram sua ajuda: ao Real Centro Português ofereceu mobília e decoração do salão nobre, e a Sociedade Portuguesa de Beneficência foi bem aquinhoada com seus "relevantes serviços e donativos" (1890?). Em Vila Nova de Cerveira, sua terra natal, estabelecimentos pios foram aquinhoados, inclusive no auxílio para a construção de hospitais.

Recebeu a visita do embaixador de Portugal no Brasil (dr. Bernardino Machado) como reconhecimento pela sua atuação filantrópica "com os patrícios que aqui residiam, protetor e amigo, além do velho Portugal" (p.250).

Já no fim de sua vida (havia transferido residência para a av. Paulista, na capital), funda em 1º de outubro de 1915 uma grande firma comercial com seu filho Joaquim Pereira de Carvalho (nascido em Santos em 1892) e outro sócio, ex-auxiliar seu: Carvalho & Faria (p.234-6), com sede e depósitos (inúmeros armazéns) em Santos. Trata-se de uma Comissária de café, relacionando-se com muitos fazendeiros, mas negocia outros produtos, como aguardente. Negociando materiais de construção, representou grandes empresas do ramo em São Paulo. A firma também se dedicava à lavoura (cana-de-açúcar, mamona, feijão e milho) e à criação de gado (suíno e bovino). Os seus negócios bancários eram executados principalmente com o Banco Ultramarino.

- Manoel Lourenço da Rocha nasceu no Porto em 1817 e veio para Santos onde se empregou no comércio. Tornou-se proprietário de um armazém de secos e molhados e próspero comerciante, durante dez anos

(1872-1882), com sua firma comissária de café.[12] Participou da direção da Beneficência Portuguesa. Foram mais de 50 anos dedicados ao comércio. Faleceu em 1886.

- Francisco Bento de Carvalho foi grande importador. Sua firma é de importação de secos e molhados por atacado e foi fundada em 1901, em sociedade com José Bento de Carvalho (Bento de Carvalho & Cia.). Opera também como comissária de café, mas sua principal atividade é a importação e venda por atacado e a varejo de secos e molhados, especialmente vinhos finíssimos do Porto, da Madeira, de Bordeaux, Bourgogne e Collares, conservas alimentícias, chás e biscoitos. Transaciona com vários bancos, mas é correspondente do Banco Comercial do Povo.[13] Recebeu por ocasião de seu falecimento uma homenagem póstuma de João Luso, cronista carioca, em 1944:[14] "Francisco Bento de Carvalho se igualaria a incontáveis homens de boa vontade e bom coração sem os quais se não compreenderia no Brasil a colônia portuguesa". No seu escritório da rua Quinze de Novembro, "B de C. sem alienar a autoridade de chefe da firma dava audiência a qualquer hora aos que necessitassem das suas luzes, do auxílio da sua bolsa, da garantia do seu nome, da solidariedade de seus sentimentos. A esta ocupação guiadora e tutelar parecia entregar-se por mais tempo e com mais afinco do que ao seu comércio".
- Joaquim Pedro dos Santos funda uma firma de importação com a razão social de Pedro dos Santos & Cia. (João da Silva Monteiro é seu sócio). Nasceu no distrito de Coimbra em 1868, e com apenas 17 anos veio para São Paulo (1885). No ano seguinte empregou-se em Santos e dois anos depois (1888) funda a sua empresa, com filial em São Paulo, que vende ferragens, tintas, louças, metais, cristais e outros artigos importados dos Estados Unidos e da Europa. Para tanto instala armazéns na rua Quinze de Novembro 42 a 46, e é correspondente do Banco Aliança do Porto (*São Paulo Moderno*, p. 243).

12 PEREIRA, Maria Apparecida Franco, 1980, p. 121.

13 *São Paulo Moderno*, 1919, p. 187.

14 LUSO, João. Dominicais. *Jornal do Comércio*, crônica transcrita em *Flama*, ago. 1944, p. 40-2.

- Os sócios de Lourenço Martins & C. são José J. Caseiro Lourenço Martins e José Dias Cardoso, dois portugueses com casa atacadista de importação e exportação, na praça da República nº 21, em Santos (São Paulo Moderno, p.192).
- João Antunes dos Santos foi um rico comerciante português de Lousã que veio para o Brasil com 28 anos, em 1883. Inicialmente com açougue (1887, na rua Marquês de Herval, nº 2, no centro de Santos), desenvolve o comércio de carne verde com matadouro na Alemoa. Tinha carroça onde transportava seu produto. Vai tornar-se um dos grandes proprietários de terra e prédios, na região da Alemoa e do Matadouro Municipal, bem como no centro de Santos.

Em forma de considerações finais, podemos observar que há algumas coordenadas semelhantes entre vários portugueses bem situados economicamente, após um período de vida por esta terra santista: alguns vêm jovens, tornam-se assalariados, guardam economias e depois de algum tempo têm o seu negócio próprio e enriquecem. Fazem benemerência, participam das associações portuguesas.

Porém, são conclusões pontuais, pois, como dissemos no início, haveria necessidade de aprofundamento de dados sobre a vida do emigrante antes da sua saída de Portugal. Haveria algum pecúlio inicial? Qual a ajuda que encontraram na cidade, além dessa tenacidade e vontade de vencer? Por que outros que também tinham condições pessoais não tiveram sucesso? O redator de *São Paulo Moderno* faz sua análise sobre a ação dos portugueses que desenvolveram com brilhantismo vários ramos de atividade nas terras santistas: "Em sua essência elementos pobres de recursos financeiros, ricos de energias e dotados de extraordinárias faculdades para o trabalho e de assimilação rápida", pois passam da condição de assalariado para o trabalho por conta própria.